

Jornal da Ciência

Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

A CIÊNCIA NA POLÍTICA



Cientistas, pesquisadores e professores falam da importância do engajamento da educação e da CT&I com o Parlamento e as lutas neste campo em 2022

Páginas 3 a 10

POLÍTICAS DE CT&I

Pós-graduação em propriedade intelectual cresce em todo o País

11

ENTREVISTA

Mulheres negras conquistam as ciências

16

SBPC

Reunião Anual da SBPC volta ao presencial

18

EDITORIAL

As grandes batalhas de 2022

O ano em que comemoramos 200 anos da nossa independência de Portugal deveria ser de festa. Mas chegamos a essa data com mais motivos para lutar do que para celebrar.

São muitas as batalhas das quais vamos sair – se tudo der certo – sem um minuto de descanso, porque será o momento de reconstruir o que foi desmontado e destruído.

Esta edição do Jornal da Ciência destaca as lutas que cabem a uma comunidade científica comprometida com princípios democráticos, tendo como tema central a importância da política e da representação no Parlamento.

Nenhum país ficou independente de verdade sem soberania e esta só se constituiu nas democracias modernas com investimento pesado em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. No entanto, ao contrário do que se vê em países desenvolvidos e mesmo nos emergentes, o Brasil está desinvestindo naquelas áreas.

A matéria de capa toma essa premissa e propõe uma análise profunda e histórica dos últimos 34 anos da criação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) pela Constituição Federal. Importantes cientistas, pesquisadores e professores fazem um retrospecto, indicando os pontos fracos, os avanços e sugerindo planos de ação.

No campo da educação, é importante salientar que neste ano a Lei de Cotas (12.711/2012) prevê a revisão do programa de ação afirmativa. A lei impulsionou a implementação de cotas nas universidades estaduais e federais, reforçando ações afirmativas para inclusão de jovens dos grupos mais vulneráveis que vinham sendo aplicadas por algumas instituições.

Vários projetos propondo a revisão da Lei 12.711/2012 já deram entrada no Congresso Nacional. Mas é bom lembrar, como explicou o jurista e ex-ministro José Eduardo Cardozo, que ela não perde a vigência se não for explicitamente revogada. Contudo, será positivo fortalecer os mecanismos de permanência dos alunos mais pobres nas universidades.

Para ampliar o assunto, o Jornal da Ciência traz uma entrevista exclusiva da pedagoga Nilma Gomes. Professora titular e emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ex-ministra da Mulher, da Igualdade Racial e Direitos Humanos (2015–2016), referência na pesquisa e na luta antirracista e pelas ações afirmativas, Gomes também é uma vencedora em sua área, a Educação. Agradada com o Prêmio Carolina Bori Ciência e Mulher na área Humanidades de 2022, ela faz um balanço dos dez anos da Lei de Cotas e traça perspectivas para os grupos com histórico de desigualdades, exclusão e discriminação, em especial as mulheres e meninas negras, na educação e nas ciências.

Por tudo isso, a grande luta que temos para este ano são as eleições de outubro, quando provavelmente estaremos escolhendo entre dois rumos para o Brasil, um que o fortalece e promove a inclusão social e seu desenvolvimento, outro que vai na direção oposta, com os danos que temos visto.

A SBPC já está preparando sua contribuição aos candidatos ao Executivo e ao Legislativo com um documento de propostas a partir do “Projeto para um Brasil Novo”, uma série de doze seminários realizados ao longo do primeiro semestre de 2022. O documento será apresentado e entregue durante a 74ª Reunião Anual que este ano será realizada na Universidade de Brasília (UnB).

Boa Leitura!

RENATO JANINE RIBEIRO | Presidente da SBPC

FERNANDA SOBRAL | Vice-presidente da SBPC

Contribua e fortaleça a Sociedade Científica mais representativa do País!



Você pode doar qualquer valor, a qualquer momento. Ajude a SBPC a manter seu trabalho em defesa da ciência, da educação e do desenvolvimento econômico e social do País

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) conta com um espaço virtual para que apoiadores da entidade possam fazer doações em dinheiro para fortalecer seu trabalho em defesa da ciência, da educação e do desenvolvimento econômico e social do País. Para colaborar com qualquer quantia, basta acessar o link: <http://portal.sbpcnet.org.br/doacao> e seguir as instruções.

A SBPC é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou posição político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Desde sua fundação, em 1948, exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País.

Sediada em São Paulo, a SBPC está presente nos demais estados brasileiros por meio de Secretarias Regionais. Representa 170 sociedades científicas associadas e mais de 3,5 mil sócios ativos, entre pesquisadores, docentes, estudantes e cidadãos brasileiros interessados em ciência e tecnologia.

A SBPC participa ativamente de debates sobre questões que determinam os rumos das políticas de Ciência, Tecnologia (C&T) e da Educação no Brasil. Tem assento permanente no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgão consultivo do Governo Federal para definição das políticas e ações prioritárias no campo da C&T. Possui representantes oficiais em mais de 20 conselhos e comissões governamentais. Periodicamente institui grupos de trabalhos – compostos por cientistas renomados em suas especialidades – com o objetivo de estudar e apresentar propostas para questões específicas de interesse nacional.

Anualmente, a SBPC realiza diversos eventos, de caráter nacional e regional, com o objetivo de debater políticas públicas de C&T e difundir os avanços da ciência. A entidade também contribui para o debate permanente das questões relacionadas à área por meio de diversas publicações, como o Jornal da Ciência, a revista Ciência e Cultura, seu portal na internet e a edição de livros sobre temas relacionados à ciência brasileira.

Conheça todas as ações da SBPC em seu portal: www.sbpcnet.org.br.

Faça parte dessa campanha e colabore com a SBPC:

<http://portal.sbpcnet.org.br/doacao>



Siga a SBPC nas redes sociais

@SBPCnet



portal.sbpcnet.org.br

CIÊNCIA E POLÍTICA: UMA SIMBIOSE

Projetos de lei dão a largada para o debate sobre uma nova política científica no País. SBPC contribui com o "Projeto para um Brasil Novo"

JANES ROCHA

No início de 2022, circularam entre cientistas, pesquisadores, empresários e políticos dois rascunhos de projetos de lei (PL) para regulamentar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Um dos PL havia sido elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e discutido no âmbito de uma comissão do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCT) sob a supervisão do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). O outro era de autoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Ambos os documentos tinham a intenção de colher contribuições entre especialistas do setor. Uma espécie de consulta informal e restrita. Nenhum deles chegou ao Congresso Nacional, mas abriram um debate que envolveu boa parte da comunidade acadêmica e científica em torno da regulamentação do SNCTI.

Nas próximas páginas, cientistas e pesquisadores falam sobre o significado dessa movimentação política dos atores ligados à comunidade científica, as perspectivas da CT&I dentro do cenário político atual, avanços e retrocessos obtidos até agora e a importância que o Parlamento ganhou na vida e no dia a dia da pesquisa científica brasileira.

“O Brasil tem um grande exemplo de sistema nacional que é o de saúde, o SUS (Sistema Único de Saúde)”, afirma o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Renato Janine Ribeiro. Para ele, o SUS significa que as competências de União, estados e municípios são harmonizadas, equilibradas e integradas, um modelo bem-sucedido em sua concepção e execução, em que pesem as deficiências causadas pelo desfinanciamento resultante de sucessivos cortes no orçamento da União.

Janine Ribeiro afirma que há anos a comunidade acadêmica pleiteia a adoção de um modelo como o SUS para a área de educação, assim como para a ciência e tecnologia. “Mas a discussão neste último caso ainda está muito incipiente e por isso mesmo queremos mobilizar toda a comunidade acadêmica, de educação, bem como os beneficiários da pesquisa científica e tecnológica, para que seja possível ter um sistema nacional duradouro e que efetivamente

promova a CT&I a fim de tornar o Brasil um país mais próspero, mais desenvolvido”, completou o presidente da SBPC.

Para a vice-presidente da SBPC, Fernanda Sobral, a apresentação de propostas em forma de Projetos de Lei este ano vai requerer grande articulação política. Para ela, representam movimentos dos principais atores da CT&I no tabuleiro da política que sempre foi importante para o setor, mas que agora, no último ano do pior governo para a educação e a ciência da história do Brasil, ganham mais peso.

“Nosso objetivo é que esses projetos de lei tenham mais tempo para ser discutidos entre os vários atores do sistema nacional de CT&I, ressaltando também que a maioria dos parlamentares da atual legislatura deve estar mais comprometida com as pautas de educação, ciência, tecnologia e inovação”, disse Sobral. “A maioria dos parlamentares quer atuar em frentes que deem votos. Por isso acho que a CT&I tem que mostrar seus resultados cada vez mais para a população. Daí a importância da comunicação pública da ciência, porque quanto mais a ciência mostrar seus resultados, mais a população vai cobrar dos parlamentares uma atuação nessa área”, comentou a vice-presidente da SBPC.

Sobral destacou a atuação da SBPC, que vem promovendo debates quinzenais para produzir um documento com propostas a serem apresentadas durante sua 74ª Reunião Anual, que neste ano será realizada na Universidade de Brasília (UnB), e encaminhado para os candidatos ao Legislativo e ao Executivo nas eleições de outubro.

Trata-se do “Projeto para um Brasil Novo”, uma série de doze seminários virtuais temáticos que tratam de temas relevantes que contribuem para o desenvolvimento do País, entre eles CT&I, educação, meio ambiente, mudanças climáticas e segurança pública.

“Além de divulgar as propostas para os candidatos ao Legislativo e Executivo, queremos também que eles se comprometam com essas questões. Esse é um trabalho importante. Claro que eles podem se descomprometer depois, já vimos isso, mas vamos cobrar”, avisou Sobral.



Foto: Vinícius Loures / Câmara dos Deputados

Apresentação da SBPC para a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados em maio de 2019

Em busca de uma

política de Estado

Após seis anos de ataques e cortes orçamentários, os setores ligados à CT&I e à Educação arregaçam as mangas para a luta por espaço na nova configuração do Executivo e do Parlamento que deve sair das urnas em outubro

JANES ROCHA

Em fevereiro, diversas entidades ligadas à Ciência, Tecnologia, Inovação (CT&I) divulgaram uma declaração pública para reforçar princípios quanto à constituição do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Publicado por meio da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), o objetivo do documento era orientar discussões e estabelecer alguns parâmetros que, na visão dos signatários, deveriam nortear um novo projeto de lei para regulamentar o sistema.

A declaração indicava os problemas que uma nova regulamentação tem que resolver para destravar o desenvolvimento da CT&I no Brasil. Entre outros pontos, sublinhava a necessidade de “forte redução dos entraves burocráticos” que

atravancam a pesquisa, desde a concepção até a execução, passando pelo planejamento, até a prestação de contas, reduzindo exigências consideradas “irracionais” em todas as etapas. Ressaltava também a necessidade de “facilitação da transposição de recursos de uma rubrica a outra, sem depender, como hoje, de prévia autorização do Ministério da Economia”.

O comunicado da ICTP.br era uma resposta a dois Projetos de Lei (PL) para regulamentar o SNCTI que circularam no início do ano entre cientistas, professores, pesquisadores, empresários e políticos. Propostos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), os documentos eram um “rascunho” e não chegaram ao Congresso Nacional.

“Este documento foi elaborado em resposta aos PLs”, confirmou, na ocasião, o professor Fábio Guedes Gomes, secretário executivo da ICTP.br e presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), sobre a declaração da entidade.

A CNI informou, por meio de sua assessoria de comunicação, que não há um PL finalizado, mas também confirmou que o tema está sendo discutido internamente e entre várias entidades.

A origem dos projetos está relacionada com o Marco Legal da CT&I que, a nível federal, é composto essencialmente pela Emenda Constitucional 85 (EC85), a Lei 13.243 de 2016, que reformou nove leis, entre elas a de Inovação (10.973/2004), e o Decreto 9.283 de 2018.

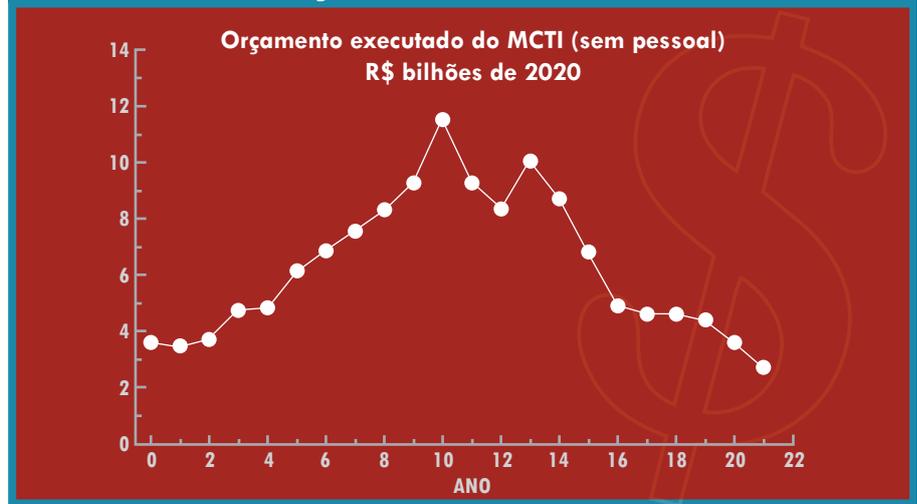
Promulgada em fevereiro de 2015, a EC85 atualizou a legislação trazendo vários ajustes ao capítulo de CT&I dentro da Constituição (CF88). Definiu, em especial, a necessidade de ser criado o SNCTI através de uma lei federal que estabeleça sua estrutura e coordenação, as instâncias de governança, o papel desse sistema em relação às políticas públicas, a sua execução e a vinculação ao desenvolvimento sustentável do País.

Um dos destaques da EC85 foi a incorporação, no texto constitucional, do termo “inovação”, e não apenas “ciência e tecnologia”, entre as atividades que devem ser estimuladas pelo setor público. Dessa forma, foi ampliado o espectro de entidades que poderiam receber apoio financeiro governamental, além das universidades, incluindo instituições de educação profissional e tecnológica.

No entanto, o Marco Legal não resolveu os entraves ao financiamento público da CT&I. Gesil Sampaio Amarante Segundo, presidente do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec), aponta no Artigo 167 da CF88 a origem deste problema. O 167 é o que veda a passagem de recursos de uma categoria de despesas da União para outra. “Isso é a raiz de um problema sério que todo pesquisador sofre ou já sofreu várias vezes, aquela coisa insana de você receber um recurso e, por diversas razões (variação cambial, mudança nas regras de importação, alta de preços etc.), não pode usar esses recursos para adquirir o equipamento”, disse Amarante.

A preocupação do legislador ao colocar as travas do 167 foi garantir que os recursos fossem bem gastos e não houvesse desvio de finalidade. Porém, a forma burocrática de garantir lisura e efetividade do investimento transforma-se frequentemente em uma barreira para os pesquisadores. “Eu já tive projeto que ficou parado dois anos. Por quê? O recurso estava lá, se tivesse a permissão de pegar uma parte que estava numa categoria de despesa e passar para outra, eu conseguiria comprar o equipamento, mas eu não tinha como fazer, porque era ilegal. E quando você puxa o fio da meada, o impedimento estava sustentado numa vedação constitucional, ou seja, não adiantava nem mudar a lei.”

TROPEÇOS NOS ANOS RECENTES



Fonte: Sérgio Rezende/Apresentação IUPERJ/ABRIL22

Essa constatação levou a comunidade científica a trabalhar junto ao Parlamento para alterar o parágrafo quinto do Artigo 167 a partir do Projeto de Emenda Complementar (PEC) 290 de 2013, que deu origem à EC 85. O objetivo era criar uma vinculação, um percentual mínimo de investimentos federais. O Artigo 167 foi alterado, porém os obstáculos nunca foram removidos na prática.

O único instrumento presente na CF88 que permite a aplicação de um valor mínimo nos gastos com CT&I é o que trata das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP). O texto constitucional permite que muitas FAPs possuam limites mínimos de investimentos fixados em constituição estadual, a exemplo do da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que recebe 1% da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), que recebe 2%.

Apesar de não avançar no financiamento, na visão de Amarante, a EC85 trouxe mais segurança jurídica, tanto na questão da inovação quanto no financiamento de projetos de pesquisa em outras instituições além das universidades federais, como em parques tecnológicos e empresas.

“Tudo o que foi aprovado, de uma maneira geral, foi importante e muita coisa ainda não foi colocada em prática, na verdade, porque ficou faltando o que era o passo seguinte, a regulamentação do Marco Legal, a estruturação da relação dentro

do sistema, das esferas federal, estadual”, explicou o presidente do Fortec.

O presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, recorda que o início dos debates que conduziram à nova legislação aprovada no Congresso coincidiu com a gestão de Sergio Rezende à frente do MCTI (2005-2010) e culminou com a realização da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Embora a ciência brasileira tenha sempre tido grandes dificuldades – políticas, econômicas, financeiras – aquele foi um momento de bonança.

“Tinha melhorado bastante, havia mais organização, mais recursos, estava crescendo, as pessoas estavam animadas, a SBPC tinha feito várias sugestões de marco legal que estavam começando a ser discutidas. Então, aquela conferência foi de certa maneira um ápice”, relembra Moreira. Ao final do encontro, que durou praticamente um ano, foi editado o chamado Livro Azul, que traçava um horizonte para a CT&I no País apontando uma série de medidas de médio e longo prazos.

O caminho para o próximo passo mencionado por Amarante parecia aplainado. Porém, com o início do segundo mandato da gestão Dilma Rousseff, o cenário político mudou, dificultando a negociação para a regulamentação do SNCTI. O que veio em seguida a partir de 2016 compõe o cenário que explica o motivo pelo qual o tema foi deixado de lado.



Visões sobre os PL

Conhecendo as amarras e entraves à CT&I no Brasil, tem-se a impressão de que os projetos de lei apresentados para discussão da comunidade no início de 2022 são mais que necessários e estão até bem atrasados. Sim e não, dependendo do ponto de vista.

O engenheiro químico e dirigente do Grupo Ultra, Pedro Wongtschowski, acredita que sim, o texto enviado pela CNI é necessário porque consolida e detalha os pontos principais contidos tanto na CF88, quanto na Lei de Inovação. “Inova, particularmente, ao prever uma governança compartilhada entre o setor público, a academia e o setor empresarial. Inova ainda ao forçar a integração e coordenação das atividades de ciência, tecnologia e inovação no nível federal e destas com os estados e municípios”, comentou, em entrevista ao *Jornal da Ciência* por e-mail.

Para Wongtschowski, entre os princípios gerais da nova regulamentação, deveriam constar o fortalecimento do MCTI e a definição clara de que o investimento em CT&I é indispensável para aumentar a produtividade da indústria brasileira; permitir a integração do Brasil ao mundo; dar aos brasileiros um nível e padrão de educação que os tornem cidadãos e permitir o uso do conhecimento para a solução de grandes problemas nacionais.

Por sua vez, o presidente do Fortec acredita que não. Para ele, nem o texto do MCTI, nem o da CNI resolvem qualquer um dos problemas mais urgentes na visão da comunidade científica. Amarante dá outro exemplo de sua experiência pessoal como pesquisador, dessa vez relacionada aos entraves burocráticos que impedem parcerias estratégicas de pesquisa.

“Fiz meu pós-doutorado em um laboratório que era tocado por três países diferentes, Holanda, Bélgica e Alemanha. Eu morava na Alemanha, trabalhava para a Bélgica num laboratório e frequentemente usando coisas feitas ou equipamentos trazidos da Holanda. Quantas vezes eu tive problema burocrático? Nenhuma. Era como se eu estivesse trabalhando para uma única entidade. Tente criar aqui no Brasil um laboratório tocado por dois estados, uma parceria que seja. Não funciona, nem mesmo um laboratório que é tocado ao mesmo tempo pela União e por um estado”, desafiou Amarante.

Na opinião de Ildeu de Castro Moreira e de Francilene Procópio Garcia, membro da diretoria da SBPC, o PL do MCTI pode ter tido um motivo bem diferente da intenção de incrementar a CT&I brasileira. Para eles, trata-se de uma resposta do Ministério a um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), emitido ano passado e assinado pela ministra Ana Arraes, apontando uma série de problemas na condução da Pasta, inclusive alguns que vinham muito antes da gestão atual.

“É possível que tenha havido uma pressão do TCU, isso porque o Ministério funciona sem planos adequados”, afirmou Moreira. O relatório do tribunal apontava a necessidade de melhorias, não só em políticas públicas, como também na forma como os investimentos são descontinuados sem qualquer avaliação. “O TCU fez um documento longo, profundo, sobre a necessidade de ajustes em vários níveis”, definiu Garcia.

Já a proposta da CNI é questionada pelo presidente de honra da SBPC principalmente pela alteração completa da gestão

do SNCTI. “Todos os conselhos superiores como o deliberativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o CNCTI, teriam participação paritária, um terço de representantes do governo, um terço dos empresários e um terço da comunidade científica”. Dependendo do órgão, observa Moreira, significaria uma perda de participação da comunidade científica em agências como o CNPq, onde hoje ela tem seis representantes comparado a três dos empresários, além da exclusão do representante dos servidores.

“O projeto da CNI trazia expressões do desejo de que o Brasil tenha um financiamento compatível com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que não é pertinente a um projeto de lei”, comentou o engenheiro Carlos Américo Pacheco, diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fapesp. No restante, disse Pacheco, o PL era redundante com a legislação que já existe, não acrescentaria nada.

Outro ponto questionado por Pacheco é a proposta de deslocamento do centro de definição das políticas públicas científicas do MCTI para a Casa Civil, o que poderia criar conflitos políticos relevantes.

“Minha interpretação pessoal é que os setores empresariais ou alguns setores pelo menos, como estão fazendo em outras áreas, querem propor legislações restritivas em um Congresso no qual eles têm muita influência”, completou Ildeu Moreira.

Olhando à frente



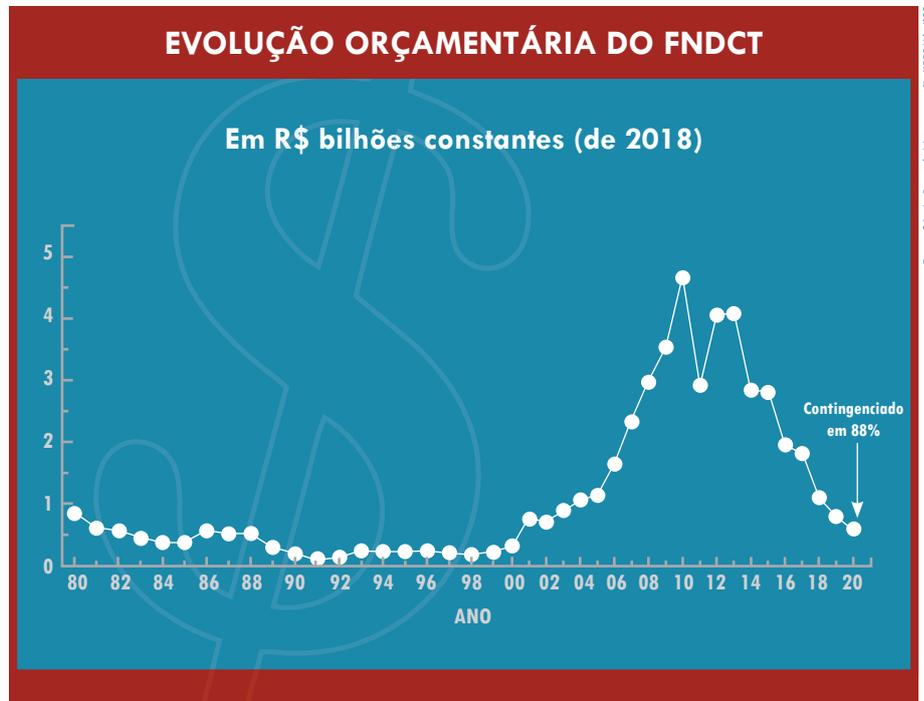
Se o “timing” e as propostas de regulamentação do SNCTI apresentadas neste ano não são consenso por enquanto, o plano para a retomada do desenvolvimento científico e tecnológico do País está no radar de todos e encontra vários pontos em comum, começando pelo diagnóstico sobre a falta de financiamento, tanto público, quanto privado.

Em qualquer lugar do mundo, em especial nos países desenvolvidos, o grande financiador da pesquisa básica é o poder público, em geral o poder central. Mas em vários países províncias, estados e municípios também participam com recursos por considerarem a educação e a CT&I estratégicas. Porém, o que a ciência mais precisa, na opinião do ex-titular do MCTI, Sergio Rezende, é “apoio com continuidade”. “Não temos uma política de Estado. Vem um governo e faz uma coisa, e vem outro governo e faz outra coisa”, critica.

Na opinião de Rezende, a CT&I brasileira precisa aumentar os recursos porque os governos a partir de 2016 ceifaram a maior parte do orçamento do Ministério e contingenciaram o dinheiro do FNDCT, principal fonte de financiamento da pesquisa científica no Brasil. “O FNDCT é formado por recursos arrecadados das empresas, e desde o governo Temer, mas principalmente neste governo, a receita tem sido em torno de 5 a 6 bilhões de reais, dos quais o governo tem liberado apenas 500 milhões de reais, 10%. Os outros 90% são usados para outras coisas”, analisa Rezende.

Assim, na visão do ex-ministro, a recuperação orçamentária é urgente, porém de forma sistemática, não de maneira desorganizada. “Precisamos de prioridades, metas, programas e de forma continuada, durante muitos anos”, frisa Rezende.

Carlos Américo Pacheco, da Fapesp, alerta para a crise econômica que derrubou a capacidade do governo – deste e dos próximos – de investir, mesmo em áreas prioritárias. “O problema fiscal brasileiro é grave, não adianta passar por cima ou tentar apagar”, afirma Pacheco. Nesse sentido, ele acredita que é preciso ter soluções bastante criativas do ponto de vista



econômico para encontrar um espaço fiscal, ou seja, quanto é possível remanejar do Orçamento Geral da União ou de outras fontes orçamentárias estatais que permitam o financiamento de políticas ativas.

Essa é a tônica também do sociólogo Glauco Arbix, professor titular na Universidade de São Paulo (USP), especialista em teoria da inovação e sociologia econômica. No primeiro webnário da série “Projeto para um Brasil Novo”, da SBPC, Arbix disse que, na visão dele, a primeira tarefa é reduzir o “gap” que separa o Brasil de um novo ciclo científico e tecnológico que nesse momento circula o mundo com práticas mais avançadas, seja na educação, seja na economia, na saúde ou na CT&I. Os recursos necessários para levar à frente essa tarefa não podem depender apenas do curto espaço fiscal da União e não se limitam a dinheiro, exigindo também o repensar da gestão da CT&I.

“Temos que superar alguns obstáculos, como, primeiro deles, ausência de metas claras no SNCTI e diretrizes para o investimento, para o financiamento, para o orçamento, e mesmo ausência de definição de áreas prioritárias para execução de políticas de ciência, tecnologia

e inovação”, disse Arbix. Ele listou ainda eliminar a instabilidade, dar previsibilidade ao SNCTI e “aumentar a diversificação com a introdução de novas metodologias e lógicas para definição de objetivos, com desenvolvimento de novos projetos que tenham maior impacto econômico e social e a introdução de sistemas de avaliação”, a exemplo do que já é feito nos países mais avançados.

Ildeu Moreira acrescentou que, ao construir um programa com uma proposta para a CT&I, deve-se evitar um viés corporativo. “Claro que precisamos de mais recursos, mas também precisamos ter uma interação com a saúde, meio ambiente, porque a ciência é transversal e deve se refletir em nossas atuações”. Afirmou ainda que muito se poderia aproveitar de experiências e estudos anteriores, como o Livro Azul da Conferência de 2010, e também de países como a China, que em 1995 tinha o mesmo Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, aproximadamente o mesmo grau de desenvolvimento científico e hoje não apenas deixou o Brasil para trás como está disputando o primeiro lugar com os EUA.

INTERAÇÃO COM A INDÚSTRIA

Sociólogo e empresário defendem maior aproximação da academia com o setor empresarial em uma nova configuração da CT&I

O Brasil tem dificuldades de transformar conhecimento em produtos para o mercado e apesar da atualização da legislação com a EC 85 de 2015, a Lei do Bem e outros marcos, o País não conseguiu dar o passo seguinte, a produção de projetos compartilhados entre academia e indústria.

A análise é do sociólogo Fabrício Neves, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador de políticas científicas. E coincide com a do engenheiro químico e dirigente do Grupo Ultra, Pedro Wongtschowski. Ambos, Neves e Wongtschowski, estudam e pesquisam a política científica brasileira e mundial, porém de pontos de vista diferentes: da academia e da indústria.

Neves defende uma maior aproximação das indústrias com as universidades que, para ele, ainda estão distantes dos grandes anseios da população brasileira, encasteladas dentro de um ambiente que não reverbera parte da agenda pública para CT&I.

Em um artigo recente, o sociólogo avalia que, desde os anos 1980, apesar dos esforços de institucionalização e expansão do SNCTI, “o País seguiu uma lógica de distanciamento da dinâmica capitalista nacional, tornando-se basicamente um sistema acadêmico de oferta de diplomas, desvinculada da malha produtiva nacional, pautada muito mais na oferta de conhecimento e de profissionais qualificados do que pela demanda do setor produtivo.”

O resultado, afirmou, foi o distanciamento da CT&I brasileira das políticas econômicas, um movimento contrário ao que estava sendo feito no mundo inteiro e que acabou levando emergentes como a China e a Índia a se destacarem em inovação tecnológica, aproximando-se inclusive, dos países ricos. “No caso do Brasil, as políticas científicas foram incapazes de promover capacitação e inovação tecnológica nas indústrias, ainda que tivessem alcançado relativo sucesso na promoção de um diversificado sistema acadêmico.”

Na visão de Wongtschowski, enquanto o setor empresarial se esforça para aumentar o nível de inovação, a ciência brasileira tem muitas áreas de excelência, mas tem recebido apoio insuficiente do governo. “Uma das iniciativas mais notáveis nesta direção foi a criação, pela CNI, da Mobilização Empresarial pela Inovação, que tem atuado fortemente para aumento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País”, afirmou o empresário em entrevista por e-mail ao *Jornal da Ciência*.

Respondendo a uma questão sobre o balanço dos sete anos de vigência da EC 85, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, Wongtschowski reafirmou que representou um grande avanço no ambiente nacional. O empresário vê, no entanto, grandes obstáculos relacionados ao que ele chama de “cultura das instituições”, que resistem a mecanismos alternativos de produção científica como as parcerias público-privadas e encomendas tecnológicas.

“O ambiente econômico, em geral, não favorece o investimento privado em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e, de maneira geral, a rentabilidade das empresas brasileiras é baixa. Os recursos destas empresas são fonte relevante de fundos para inovação”, sugeriu o empresário. (JR)



Representantes da SBPC, ABC e outras entidades científicas entregam abaixo assinado em defesa da ciência à presidência da Câmara dos Deputados em 2019

Atuação no Congresso



Carlos Américo Pacheco prefere olhar além dos PL apresentados este ano. “O mais importante que está na mesa é o que o novo governo fará”, afirmou. Nesse sentido, o executivo da Fapesp destaca duas questões que são relevantes: o espaço fiscal para a política científica e o diálogo com o setor privado.

As tarefas que aguardam a comunidade científica no cenário político são, portanto, gigantes. “O mais importante é contar com todos os representantes das entidades que formam a ICTP.br para que nesse projeto coletivo de associação nós possamos superar as dificuldades”, afirmou Fábio Guedes Gomes, da ICTP.br. Ele diz que sua primeira tarefa à frente da entidade será organizá-la internamente, preparando-a para enfrentar este que é um ano atípico, devido à eleição presidencial que, na visão dele, também é inédita na história do País. “Estamos diante de projetos completamente distintos em termos de propostas”, afirmou, referindo-se aos dois candidatos que lideravam a corrida presidencial até o fechamento desta edição.

Francilene Garcia reitera a importância da ICTP.br como centro de articulação política da comunidade científica, não só para este ano eleitoral, mas também daqui por diante. Quanto aos PL apresentados este ano, Garcia acredita que não devem avançar como proposta no Congresso. “Me parece que isso não deve ir à frente, mas nós, enquanto SBPC, temos que permanecer vigilantes para que novos retrocessos não ocorram”.



Sessão de deliberação na Câmara dos Deputados

BANCADA NO CONGRESSO

Cientistas e pesquisadores lançam suas candidaturas e um manifesto

A ciência e a educação poderão ter reforçada a representação no Congresso Nacional na próxima legislatura em 2023. Cinquenta cientistas, pesquisadores, professores e ex-reitores vão se candidatar a deputados e senadores nas eleições deste ano com o compromisso de defender os interesses da CT&I e Educação.

Entre eles estão alguns já populares, como o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o físico Ricardo Galvão, pré-candidato a deputado Federal por São Paulo pelo Rede. Galvão ficou conhecido de todo País quando foi demitido logo no primeiro ano do governo Bolsonaro por ter se recusado a mentir sobre o desmatamento da Amazônia.

Outra já conhecida, ao menos da comunidade científica, é a pesquisadora em Energia Mariana Moura, que é pré-candidata a deputada estadual pelo PCdoB, também de São Paulo. Pós-doutoranda da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Moura é membro e fundadora do movimento dos Cientistas Engajados – Cientistas na Política e da Frente Ampla Democrática Sociambiental (FADS).

No Rio de Janeiro, a pesquisadora Tatiana Roque, professora titular do Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é pré-candidata a deputada Federal pelo PSB. Em Goiás, o professor e ex-reitor da federal UFG, Edward Madureira Brasil, vai sair como candidato a deputado federal pelo PT. Madureira também é ex-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Estes e outros 46 profissionais assinam um manifesto intitulado “Educação e Ciência Para Reconstruir o País”, no qual se comprometem com uma pauta comum que prioriza a retomada e fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), defesa da autonomia universitária, o voto pela revogação do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95), a recuperação das agências de financiamento à pesquisa (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Financiadora de Inovação e Pesquisa - Finep) e

recomposição integral do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), entre outros pontos.

O lançamento de uma bancada da ciência no Congresso vem sendo articulado desde 2018 por um grupo de cientistas e entidades. O químico Aldo Zarbin, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), participou do grupo e explica que a ideia surgiu como reação ao descaso das autoridades com a CT&I e a Educação e a percepção de que nada mudará se não houver uma representação no Parlamento.

“Isso é um sentimento que muitas pessoas tinham há bastante tempo e por algumas ocasiões do destino, algumas pessoas começaram a conversar, eu entre elas. Nestas conversas, diferentes grupos com as mesmas ideias acabaram se tangenciando e então surgiu aí um grupo grande com o mesmo interesse”, explicou.

Zarbin esclareceu que a iniciativa não foi dele, tampouco a liderança, mas do conjunto de várias pessoas envolvidas: “O movimento começou a ganhar corpo, várias pessoas começaram a gostar da ideia e isso foi crescendo, começou a tomar grande proporção e tomou vida própria”. Conselheiro da SBPC, Zarbin garantiu ainda que não pretende sair candidato.

Ele frisou que já existe uma frente parlamentar em defesa da ciência muito ativa, com deputados e senadores que se preocupam e defendem a causa. “Graças a eles conseguimos vitórias fantásticas, como o descontinuidade do FNDCT e tantas outras coisas”, disse.

Mas faltaria, na visão do grupo que articulou as candidaturas, pessoas intimamente ligadas aos setores, que vivem essa causa no dia a dia, ou seja, ex-reitores, reitores, pesquisadores, cientistas, professores e outros profissionais e trabalhadores. Na opinião dele, os candidatos vão contar com uma opinião pública favorável.

“Passamos um período terrível com a pandemia, a ciência e a tecnologia é que estão nos salvando: as vacinas, os tratamentos, os materiais como máscara, o conhecimento sobre o ciclo de vida do vírus, como interrompê-lo, como minimizá-lo, como fazer os tratamentos no caso de infecção. A ciência está nos mostrando isso tudo e a população teve essa noção.” (JR)



NOVA PRESIDENTE DA ABC VALORIZA DIÁLOGO COM O PARLAMENTO

A biomédica Helena Nader pretende lutar pelo resgate da ciência como política de Estado

O Legislativo é tão ou mais relevante para o País do que o Executivo. E, no entanto, as pessoas nem se lembram em quem votaram para deputados e senadores, observa a cientista Helena Bonciani Nader. Em entrevista ao *Jornal da Ciência* dois dias antes de sua posse como presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Nader destacou a importância do Congresso que, dentro do modelo de presidencialismo vigente no Brasil, é responsável pela negociação e criação das leis.

“O que eu vejo é que o diálogo com o Parlamento, a nível federal, e com as câmaras, a nível estadual, é fundamental para a gente conseguir o Brasil que a gente almeja”, declarou. Na opinião dela, as eleições de outubro serão “complicadas”, com muita polarização, ao mesmo tempo em que os eleitores são vítimas de pouca informação e/ou desinformação e baixa conscientização sobre a importância do voto.

“A maioria das pessoas esquece em quem votou e esquece que, ao votar, estão dando àquele ou àquela pessoa o direito de falar em nome deles. Quando eles votam e falam inclusive alguns absurdos na hora da votação, estão falando em seu nome, porque você passou uma procuração ao eleger aquele indivíduo”, ponderou a cientista. “E, claro, tem que exigir dos candidatos qual o seu programa. Por que ele quer ser candidato? Qual o projeto dele? Para que está se candidatando?”

Presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a qual presidiu entre 2011 e 2017, Helena Nader é a primeira mulher a comandar a ABC em 106 anos de existência da entidade. Professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde se graduou em ciências biomédicas, ela tem mais de 380 artigos publicados em qualificadas revistas científicas internacionais e já formou 46 mestres e 51 doutores. Como pesquisadora acumula diversos prêmios incluindo o Almirante Álvaro Alberto de Ciência e Tecnologia 2020, concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher (2020), concedido pela SBPC.

Nader afirmou que educação, marco regulatório da CT&I e diálogo com o governo e o Parlamento estão entre suas prioridades à frente da ABC. Ela pretende resgatar a ciência que perpassa todos os ministérios.

“Veja que o Ministério do Meio Ambiente é pura ciência e nada está acontecendo com base na ciência. Na hora em que você deixa garimpeiros entrarem em terras indígenas está desrespeitando, além da Constituição, toda uma cultura e os Direitos Humanos. Tudo isso envolve ciência. Quando você olha o Ministério da Infraestrutura, é ciência pura. Utilização de portos, aeroportos, grandes metrópoles, é ciência. A ciência está no dia a dia, mas nossos governantes ainda não perceberam isso. É trágico.” (JR)



Patentes, o ponto fraco

Cursos do Inpi e do Fortec tentam compensar a falta de pessoal capacitado

A estrela Anitta, que empolgou o público em abril com uma manifestação nacionalista no festival Coachella na Califórnia, exibindo um look nas cores verde e amarelo, trocou de bandeira. Desde o início de maio, ela aparece no Instagram do Consulado dos EUA defendendo a propriedade intelectual (PI). Em um vídeo curto, ela explica que as patentes protegem invenções e direitos autorais de trabalhos criativos como livros, softwares e músicas como as dela.

É um apoio de peso – do ponto de vista de marketing – para o poderoso lobby estadunidense da propriedade intelectual que há décadas tenta enquadrar o Brasil em suas regras antipirataria. É uma área na qual nosso país tem graves deficiências, tanto em direito autoral, quanto em propriedade industrial, gênero de PI onde se situam as patentes e marcas.

É conhecida a demora de até mais de dez anos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), órgão ligado ao Ministério da Economia, em analisar e aprovar patentes. A lentidão – muito acima da média dos demais países – é considerada um dos principais entraves para os investimentos e o desenvolvimento econômico com base em inovação. Sem contar a sistemática falta de fiscalização do contrabando e desrespeito aos direitos autorais.

Pouca coisa mudou no atual governo, que nem se deu ao trabalho de produzir um balanço da situação. No último relatório anual do Inpi, datado de 2017, o instituto reconhece suas deficiências e as atribui principalmente à falta de pessoal qualificado para analisar a demanda por registros. De acordo com o documento, havia (cinco anos atrás) a necessidade de contratação de 607 pesquisadores em PI para concluir o registro dos processos acumulados até aquele momento – sem contar o que entraria depois e a reposição por evasão (afastamento ou aposentadoria).



Mesmo que o governo autorizasse a contratação de novos funcionários – o que não aconteceu – especialistas alertam há anos pela imprensa para a falta de profissionais capacitados no País.

Gesil Sampaio Amarante Segundo, presidente do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec), observa que, apesar de PI ser um assunto do campo do Direito e embora a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reconheça que o País abrigue o maior número de cursos superiores de Direito do mundo, quase nenhum tempo é dedicado ao ensino de PI nas graduações e pouquíssimos programas de pós-graduação na área têm alguma atuação voltada para o tema.

Sempre necessitado de mão de obra especializada – não encontrada em um país com 220 milhões de habitantes e o maior número de cursos de Direito do mundo –, no ano 2000 o Inpi inaugurou a Aca-

demia de Inovação, Propriedade Intelectual e Desenvolvimento. O objetivo é “contribuir para formar recursos humanos capacitados na área por meio de cursos de extensão e de pós-graduação (Mestrado e Doutorado)”. De acordo com uma apresentação feita pelo órgão em janeiro de 2019, cerca de 22,5 mil estudantes passaram pelos cursos da Academia Inpi entre 2005 e 2018, com a produção de 155 dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado.

Diante da impossibilidade do Instituto sozinho dar conta da demanda, o Fortec se lançou na tarefa de expandir as oportunidades de formação e em 2016 iniciou o Programa de Pós-graduação Profissional em Rede Nacional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (Profnit). É uma pós stricto sensu realizada em 32 instituições (pontos focais) em 23 estados, na qual os alunos não pagam anuidades e os professores não recebem pró-labore.

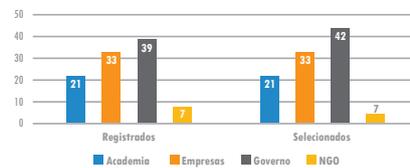


PROFNIT - MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

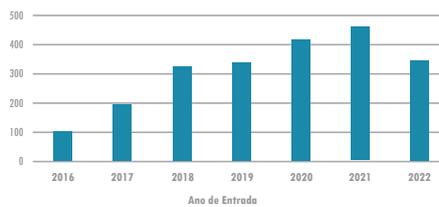
Dados Básicos



Percentual de estudantes por origem



Estudantes Selecionados



- 32 pontos focais em 23 estados
- Mais de 450 professores
- 2.211 estudantes em 7 anos



A química Wagner Piler Carvalho dos Santos, coordenadora acadêmica do Profnit, conta que o programa tem perto de 600 egressos desde 2018, após aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Segundo ela, muitos dos formados atuam no próprio ecossistema de PI e transferência de tecnologia, nos Núcleos de Inovação Tecnológica das universidades e institutos, alguns passaram pelas secretarias de ciência, tecnologia e inovação de seus municípios e estados - por exemplo, Londrina (PR) e Petrolina (PE) -, atuam no Sebrae e em empresas. "Formar esse capital intelectual é muito importante para qualificar principalmente as ações e as políticas na área de CT&I", reitera Santos.

A advogada e analista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Sheila de Souza Correa de Melo, começou a estudar PI por meio de cursos online da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), que faz divulgação científica de propriedade intelectual em vários idiomas. Quando entrou na Embrapa de Belém (PA) em 2012 cursou o mestrado do Inpi e completou sua formação em patentes em 2015 pelo Profnit. Ela foi pioneira, a primeira estudante do tema na capital paraense. Até então, todas as demandas por registro de patentes de cultivares desenvolvidas pela Embrapa no Estado eram atendidas pela sede em Brasília, que não dava conta de atender a todas as unidades espalhadas pelo País.

"Eu cheguei quando só tinha mato", brinca a pesquisadora que participou de missões internacionais nas Universidades

de Cambridge e Oxford no Reino Unido onde teve contato com a fronteira do conhecimento e da prática do registro de patentes no mundo. Hoje, Melo dá aulas sobre o assunto em universidades do Norte e Nordeste "Essas missões internacionais nos deram um outro olhar de como estava sendo feita a gestão da inovação, de como a inovação aberta, que agora está tão em moda no Brasil, já era uma realidade lá fora em 2015", comentou.

Apesar de todos os avanços, a analista da Embrapa tem uma visão pouco otimista da situação do Brasil nesse campo. Segundo ela, os indicadores dos cursos "são muito baixos" e a forma de avaliação institucional em universidades é "totalmente equivocada". Melo aponta que mesmo que houvesse mais cursos de formação de especialistas em PI, o critério de avaliação de pesquisadores por número de publicações, predominante no sistema de ensino superior brasileiro, não resolveria o problema.

"Quando o pesquisador tem essa avaliação de indicadores, de quantos 'papers' ele publica, e o indicador de patente é muito mais baixo, então é mais vantagem para ele publicar quatro, cinco, seis artigos do que ele fazer uma patente, que é uma solução para um problema tecnológico", explica. "O paper é mais rápido, a patente demora mais, e o cara precisa fazer a progressão salarial dele enquanto professor. A gente precisa mudar essa forma de avaliação. O Brasil é o país que mais publica, mas quando você vai cruzar o percentual de publicação com percentual de depósito de patentes, este é muito baixo."

O problema, porém, é mais profundo que falta de pessoal. O que falta ao Brasil mesmo, afirma Gesil Sampaio Amarante Segundo, é uma política de desenvolvimento nacional comprometida com a estratégia de promoção e atração de investidores o que, por sua vez, implica em uma política de defesa da propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inovação.

Hoje o Brasil não tem nem uma coisa, nem outra. Dessa forma, diz o presidente do Fortec, "o combate à pirataria e outras formas de proteção da PI se descola de uma política de desenvolvimento nacional e vira apenas o cumprimento das obrigações (acordos internacionais) com relação a terceiros."

"Há necessidade de fortalecermos a consciência e o preparo do País em termos do tema PI para fortalecermos a nossa posição no mundo", afirma o presidente do Fortec. É que no campo das patentes, o lobby é pesado de todos os lados.

Sobre a propaganda estrelada por Anitta, Amarante diz: "É natural que artistas façam parte destas campanhas, porque sua criatividade e esforço devem ser recompensados, assim como o de programadores, químicos, físicos, arquitetos, engenheiros, agrônomos, biólogos, agricultores, queijeiros e todos os demais profissionais que, com maior ou menor visibilidade, podem ter resultados de seu trabalho protegidos pelos diferentes instrumentos de PI (registros de programa, patentes, desenhos industriais, indicações geográficas, etc.)". (JR)

O Parlamento e a CT&I

FÁBIO GUEDES GOMES (*)

ANO passado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) completou 70 anos de existência. Em razão das condições ainda impostas pela pandemia de covid-19, o ato oficial de celebração aconteceu nos dias 26 e 27 de abril do ano corrente, onde se discutiu o passado, as condições atuais e o futuro dessa agência que representa o pilar do financiamento do desenvolvimento científico brasileiro e formação de pesquisadores de elevada qualificação.

Fui convidado para participar da mesa-redonda intitulada “O futuro do CNPq”. Ao pensar como conduziria minha participação, me veio a lembrança um livro publicado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) com depoimentos e entrevistas de ex-presidentes do CNPq até o ano de 2001, quando a instituição completou meio século de existência¹. Então, mergulhei nas mais de 700 páginas desse espetacular material e nelas revisitei os mesmos e grandes problemas que afligem o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

De todos eles, a questão financeira e orçamentária é insistentemente mencionada. Em termos gerais, a descontinuidade nos repasses dos recursos para o fomento à ciência e execução das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) é atribuída ao baixo nível de reconhecimento pela classe política e sociedade em geral do papel da ciência no desenvolvimento brasileiro e seu potencial de transformação. Isso envolve, diretamente, o Parlamento brasileiro, onde se definem as regras e o orçamento da União, além da fiscalização de sua execução.

Alguns trechos de depoimentos dos ex-gestores revelam a persistência do problema das condições de financiamento da CT&I. Roberto Santos, ex-governador da Bahia e presidente do CNPq entre 1985-1986, por exemplo, afirma: “Por incrível que pareça, até hoje, muitas das nossas lideranças ainda não despertaram quanto ao significado do desenvolvimento científico e tecnológico na conquista de um futuro melhor para os brasileiros” (p. 367). Lynaldo Cavalcanti, ex-reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e grande gestor, que presidiu o CNPq de 1980-1985, apontou: “(...) percebo bolsões de incompreensão, de atraso, de falta de capacidade de valorizar o conhecimento. Ora, estamos numa época em que o conhecimento é fundamental (...) o pessoal acha que o que vale é o investimento físico, não acreditando na capacidade intelectual das pessoas” (p. 355). Marcos Luiz dos Mares Guia, um grande cientista e também empresário, que ficou à frente do CNPq entre 1991-1993, foi ainda mais taxativo: “A questão essencial reside na cultura vigente entre os políticos, tecnocratas e empresários, para os quais a investigação científica e tecnológica não passa de ‘perfumaria’ (...) Quando saí, fiquei com duas impressões, de que não há realmente uma consciência, nos altos escalões do governo, de que a política científica é algo que o Brasil precisa fazer, e com muito mais recursos” (pp. 446-457).



Foto: Ascom/legpaul

A dependência do financiamento da ciência e desenvolvimento tecnológico brasileiro dos recursos públicos é quase absoluta. Tanto por parte das principais agências federais de fomento, quanto, especialmente, pelas universidades públicas, locais por excelência onde mais de 90% da produção científica brasileira tem origem.

O Congresso Nacional, portanto, é o local por excelência onde se definem as condições orçamentárias e o destino dos recursos públicos para o desenvolvimento das políticas e estratégias em Ciência, Tecnologia e Inovação. Outro ex-presidente do CNPq entre 1986-1990, Crodowaldo Pavan, tem uma afirmação reveladora: “No primeiro ano da Presidência, despendi o segundo semestre, praticamente, na Câmara e no Senado, para conseguir aumentar o número de bolsas. Todo ano, precisávamos brigar – uma coisa tremenda – para tornar maior o número e o valor das bolsas e colocá-los no orçamento”. E complementa: “(...) o administrador público no país tem de consumir muito do seu tempo fazendo política para conseguir recursos para as suas entidades” (p. 398 e 408).

O Parlamento é essencial para a discussão do futuro da ciência no Brasil. A definição do uso dos recursos públicos faz parte do debate político democrático e o Parlamento é a arena por excelência. Nesse sentido, a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br) se reveste de grande relevância, pois suas oito entidades constituintes² possuem pautas fundamentais no Congresso Nacional.

* Secretário Executivo da ICTP.Br

1. MOTOYAMA, Shozo (org.). **50 anos do CNPq**. São Paulo: Fapesp, 2001.

2. ABC, Andifes, Confap, Confies, Conif, Consecti, Ibrachics e SBPC.

Um ano decisivo para a Lei de Cotas

Aprovada em 2012, a Lei 12.711, que mudou o rumo da exclusão no ensino superior, completa dez anos e vai passar por um escrutínio no Congresso Nacional

Inclusão social é o nome de uma das grandes batalhas no Parlamento marcadas para este ano. Ao completar dez anos de vigência, a Lei de Cotas (12.711/2012) nas instituições de ensino federal passará por uma revisão do programa de ação afirmativa, conforme prevê o artigo 7º do próprio texto. Porém, ela não perde a vigência se não for explicitamente revogada.

A Lei de Cotas é uma norma federal que define parâmetros inclusivos, por meio da reserva de vagas, para o acesso às Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) e aos institutos federais de ensino técnico de nível médio vinculados ao Ministério da Educação (MEC).

Determina, em uma primeira seleção, que 50% das vagas por instituição devem ser reservadas aos alunos que estudaram na rede pública durante toda sua escolarização em nível médio. Em seguida, estabelece um segundo filtro para a reserva de vagas, dentro daquele primeiro grupo, voltada para outras duas condições: uma proporção mínima de 50% de estudantes oriundos de famílias cuja renda mensal per capita é igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; e uma proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas no mínimo igual à soma desses grupos no estado onde se encontra o estabelecimento de ensino.

A lei impulsionou a implementação de cotas nas universidades estaduais e federais do Brasil, mas as ações afirmativas para inclusão de jovens dos grupos mais vulneráveis não são novas. Há mais de 20 anos iniciativas desse tipo foram adotadas, dando força inclusive para que o movimento negro e outros movimentos sociais que lutam por uma educação superior pública laica e inclusiva engrossassem o coro pela aprovação da lei de cotas.

Quando a lei entrou em vigor em 2013, setenta das 96 universidades estaduais e federais já haviam implementado seus

próprios programas de ação afirmativa para a graduação, com regras e parâmetros distintos de acordo com as necessidades locais. A primeira universidade a lançar seu programa de cotas foi a estadual da Bahia (Uneb), em 2002. As últimas foram a Universidade de São Paulo (USP) e a Estadual de Campinas (Unicamp), em 2018.

Opinião favorável

Apesar de uma forte corrente contrária, que se manifesta principalmente entre grupos brancos de classe média e alta, as políticas afirmativas de cotas nas universidades são bem avaliadas pela população em geral que, em sua maioria, concorda com a renovação desse marco legal.

Foi o que demonstrou uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Sou_Ciência em parceria com o Instituto Ideia Big Data em agosto de 2021 e divulgada recentemente.

O estudo mostrou que a maioria (44,4%) é favorável à renovação da política de cotas este ano e 18,9% declarou ser contra. O infográfico na próxima página que o perfil dos entrevistados que aprovam a Lei de Cotas reflete as características dos maiores beneficiários dessa política, enquanto os contrários estão nos grupos menos favorecidos.

Preocupante, porém é o perfil dos entrevistados que não sabiam responder. Além de serem em maior número que os contrários (21,4%), a maioria (32%) é de baixa renda (até um salário mínimo), com ensino fundamental (31,5%), e indígenas (33%). Ou seja, são pessoas que preenchem os requisitos para se beneficiar da Lei de Cotas, mas não sabem disso. No documento de divulgação, o Sou_Ciência afirma que os resultados da pesquisa apontam que a missão mais importante agora é levar o debate sobre cotas para essa faixa expressiva da população.

Tramitação

Com a necessidade de revisão este ano, poucos se arriscam a apostar sobre o destino da legislação, tendo em vista o perfil majoritário dos parlamentares que ocupam as cadeiras na Câmara e no Senado, em ampla maioria alinhados com o Governo Federal, que já se declarou contrário à manutenção das cotas.

Segundo estimativa do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (Geema), ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na atual legislatura foram apresentadas 19 propostas de revisão da lei, sendo nove delas favoráveis à sua manutenção, uma neutra, e nove contrárias.

Um sinal positivo pela continuidade da lei foi a aprovação, em outubro, de urgência para o Projeto de Lei (PL) 3422/2021, de autoria de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) – Valmir Assunção (BA), Benedita da Silva (RJ) e Carlos Zarattini (SP). O texto posterga a revisão da 12.711/2012 por 50 anos (para 2062) e prevê também a criação de um Conselho Nacional das Ações Afirmativas no Ensino Superior.

Pela proposta, comporiam o conselho representantes do MEC, do Congresso Nacional, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), do Fórum de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace), da União Nacional dos Estudantes, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), do movimento negro e de povos indígenas.

Os autores do PL afirmam que o Conselho terá como uma de suas funções “estimular e realizar uma avaliação permanente da aplicação da lei, elaborando relatórios a cada cinco anos, sugerindo medidas complementares a serem tomadas pelas universidades.”

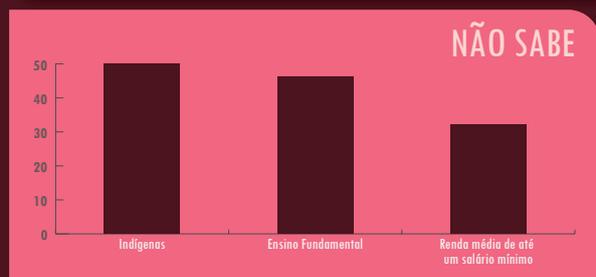
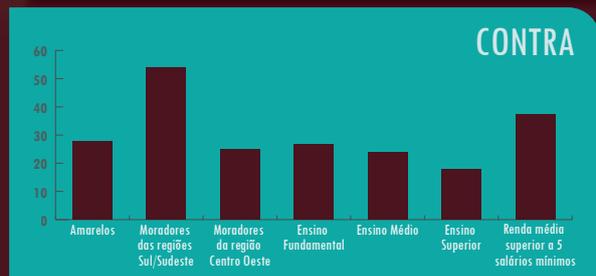
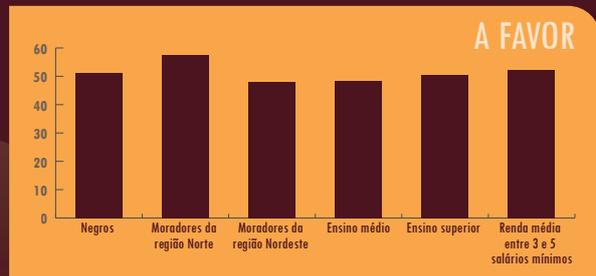
OPINIÃO PÚBLICA É FAVORÁVEL À RENOVAÇÃO DA LEI DE COTAS

Opinião geral sobre a renovação



Universo da pesquisa: 1.248 entrevistas, entre 2 e 5 de agosto, com homens e mulheres de 16 anos ou mais, residentes em todas as regiões do Brasil. A amostragem foi feita por cotas segundo perfis da Pnad 2018 e do Censo 2010, realizada via inquérito telefônico a partir de uma central CATI e possui grau de confiança igual a 95%, com margem de erro máxima de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Perfil predominante



Fonte: Centro SoU_Ciência/Maurício Moura (George Washington University)/ Instituto Ideia Big Data.

Em fevereiro, o PL 3422 foi apensado ao PL 5384/20, de autoria da deputada Maria do Rosário (PT/RS), que torna permanente a política de cotas para o ingresso de pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e alunos de escolas públicas em instituições federais de ensino.

No Senado tramita o PL 4.656/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), estabelecendo uma a revisão da Lei de Cotas a cada dez anos, propondo também que sejam aplicadas aos processos seletivos em todos os cursos de graduação de instituições particulares.

Em dezembro, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara aprovou em reunião deliberativa o PL 1788/2021, que dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência da Lei de Cotas, de autoria do deputado Bira do Pindaré (PSB/MA), que também foi indicado relator do PL 3422.

Em entrevista ao Jornal da Ciência, Pindaré disse que apresentaria seu relatório sobre o 3422 em maio. O ponto principal de seu substitutivo seria a “troca de tempo

de vigência por metas de inclusão”. A dificuldade para estabelecer essas metas, reconheceu o relator, é que são indicadores que dependem, para ser calculados, das estatísticas e resultados da aplicação das cotas até agora, o que será praticamente impossível. É que o responsável por estes dados, o MEC, há anos não apresenta esses números.

Pindaré disse que o PL tem que ser votado este ano, mas que está competindo com outros projetos tratando do mesmo tema na Câmara, alguns deles propondo a revogação da 12.711/2012. É o caso do PL 4125/21, de autoria do deputado Kim Kataguiri (DEM/SP), que retira o aspecto racial e estabelece que as cotas para ingresso nas universidades públicas federais serão destinadas exclusivamente aos estudantes de baixa renda.

Embora a Lei de Cotas estabeleça o prazo para sua revisão após dez anos, não especificou como isso deveria ser feito. Em entrevista à Agência Senado de Notícias, a coordenadora da área de direitos humanos e cidadania da Consultoria Legislativa da Casa, Roberta Viegas, esclareceu que como não há prazo para a sua extinção, mesmo que o

Congresso não vote a revisão, a política de cotas continuará valendo e só pode ser alterada ou revogada por outra lei.

Sobre o relatório do PL 3422, a pedagoga Nilma Gomes, professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenadora do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (Napp) de Igualdade Racial da Fundação Perseu Abramo (ligada ao PT), conta que já foi realizada uma audiência pública com Bira do Pindaré e várias outras representações de associações de pesquisa.

“O relatório que está sendo construído dialoga com o campo progressista, com avanços de grupos que atuam diretamente com a questão das ações afirmativas, principalmente uma comissão de juristas negros formada no Congresso Nacional que apresentou um relatório para a Presidência da Câmara muito significativo de sugestões de aprimoramento da lei de cotas”, comentou (JR).

(Leia na página 16 a entrevista que Gomes deu ao JC em que aborda essa e outras questões relacionadas à inclusão social na educação)

ENTREVISTA

O avanço das mulheres negras nas ciências

Referência na pesquisa e na luta antirracista, a pedagoga **NILMA LINO GOMES acredita que as ações afirmativas – em especial a Lei de Cotas – já mudaram a face e a cor da educação e da ciência no Brasil**



Foto: Foca Lisboa

A pedagoga Nilma Lino Gomes, que este ano foi a vencedora do Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher promovido pela SBPC

Anna Canavarro Benite, química. Jaqueline Goes de Jesus, biomédica. Sonia Guimarães, física. Sueli Carneiro, filósofa. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, educadora.

Essas mulheres têm em comum o destaque que obtiveram em suas carreiras, todas elas reconhecidas e premiadas. E também o fato de serem negras.

Isso faz toda a diferença em um país com o passado e o presente racista estrutural como o Brasil, no qual os afrodescendentes partem de uma significativa desvantagem em relação aos demais grupos étnicos da população.

Mas a pedagoga Nilma Lino Gomes está segura de que isso está mudando e cita aquelas mulheres como exemplo de que a presença da mulher negra na ciência começa a ser mais notada. “Tenho muita esperança e expectativa que a política de ação afirmativa por meio das cotas raciais esteja possibilitando a construção e a preparação de outras mulheres e jovens mulheres negras que vão seguir carreira científica em nosso país”, afirmou.

Professora titular e emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ex-ministra da Mulher, da Igualdade Racial e Direitos Humanos (2015–2016), referência na pesquisa e na luta antirracista e pelas ações afirmativas, Gomes também é uma vencedora em sua área, a Educação. Ela teve seu trabalho reconhecido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) este ano, ao conceder-lhe o prêmio Carolina Bori Ciência e Mulher na área Humanidades.

Nessa entrevista exclusiva ao *Jornal da Ciência*, Nilma Lino Gomes fala dos desafios da Educação após dois anos de pandemia, faz um balanço dos dez anos da Lei de Cotas e traça perspectivas para os grupos com histórico de desigualdades, exclusão e discriminação, em especial as mulheres e meninas negras, na educação e nas ciências. Leia a seguir os principais trechos:

Jornal da Ciência – A lei que criou o sistema de cotas nas universidades públicas (12.711/2012) completa dez anos. Que balanço a Sra. faz desta década em termos dos objetivos a que essa legislação se propôs?

Nilma Lino Gomes – Penso que a Lei de Cotas alcançou seu objetivo principal, que é promover uma mudança, uma transformação e uma democratização do acesso ao ensino superior para estudantes negros e negras e outros segmentos com histórico de desigualdades, exclusão e discriminação como, por exemplo, estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda e indígenas. A universidade hoje é muito mais diversa do que era tempos atrás, antes da lei de cotas, em termos étnico-raciais, em relação à origem de escola pública, em relação ao nível socioeconômico, nas mais diversas áreas do conhecimento, nos cursos e seus turnos. A educação superior pública brasileira após o advento das cotas passou a contar com uma maior profusão de conhecimentos oriundos dos sujeitos das ações afirmativas. As cotas ajudaram a destacar ainda mais a necessidade do aprimoramento das ações e das práticas de permanência e de assistência estudantil, problematizando o seu lugar nas políticas orçamentárias. De qualquer forma, o balanço é positivo.

JC – Não se conhecem dados sobre o impacto real das cotas. Não há estatísticas sobre o total de estudantes cotistas matriculados hoje no País, apenas estimativas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Como avaliar o real impacto das cotas?

NLG – O real impacto da lei de cotas tem talvez duas formas de ser constatado. Uma é do ponto de vista da presença da diversidade, que se faz notar pelo nosso olhar quando chegamos aos diversos campi universitários públicos do País. Podemos visualizar, hoje, uma diversidade de estudantes entre o público que frequenta as universidades e institutos federais. Um público muito mais diverso, mais negro, a presença indígena e de estudantes vindos das periferias. E juntamente com os sujeitos específicos das cotas, temos também uma abertura maior da universidade para a entrada

de estudantes quilombolas, do campo, e não podemos nos esquecer que houve um acréscimo à lei em 2016, que também passou a incluir pessoas com deficiência. Várias pesquisas acadêmicas, bem como as realizadas pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e o Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa, ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ) têm mostrado dados sobre as cotas e os seus impactos positivos.

JC – Quando promulgada, em 2012, a Lei de Cotas estabeleceu o prazo de dez anos para ser revista. Qual sua expectativa para essa revisão, diante do perfil atual do Congresso Nacional?

NLG – É importante entender que a revisão não significa o término da lei 12.711/12. A sua continuidade está assegurada no próprio texto legal. Entendo que a revisão só pode ser para o seu aprimoramento. Essa revisão está em curso no Congresso Nacional. Há o PL (Projeto de Lei) 3422/2021, de autoria de parlamentares do Partido dos Trabalhadores, que está tramitando em caráter de urgência e apensou todos os outros da mesma temática. Esse PL possui uma avaliação positiva da lei e seus efeitos na sociedade e caminha na perspectiva de fazer avançar pontos que estavam confusos ou não contemplados no texto original. No entanto, é preocupante, sim, a configuração das forças dentro do atual Congresso Nacional, e isso merece a nossa atenção. Lembrando que a Lei 12.711/2012 deveria ter sido monitorada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela então Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Porém, desde o golpe parlamentar de 2016 e a ascensão da extrema direita ao poder, em 2018, esse monitoramento não aconteceu da forma como deveria e o próprio MEC não tem dados nacionais específicos sobre a implementação da política. Esses dados têm sido levantados pelas pesquisas acadêmicas em nível nacional e local, por órgãos e grupos de pesquisa e sempre sinalizam o sucesso da política mesmo diante de todos os desafios.

JC – Estamos vivendo tempos de retrocessos democráticos e negacionismo científico. Como a Sra. situa o racismo dentro desse contexto?

NLG – São tempos muito difíceis para a luta democrática e que exigem de nós um somar de esforços e uma maior articulação na luta antirracista. Então, o que nós temos hoje é a construção de um Estado que tem sua lógica e suas práticas pautadas na necropolítica, como nos diz (o filósofo camaronês) Achille Mbembe. Todas as estatísticas de violência, principalmente policial, mostram um aumento nos últimos anos. Revelam que a população negra, em especial jovens homens negros, são os que mais sofrem com toda a violência do Estado e que precisamos e temos o dever público e cívico de superá-la. Nesse momento, o negacionismo científico ataca todos os avanços que a ciência nos trouxe. Porque quando se nega a ciência, nega-se toda a produção científica, inclusive os dados e análises que nos ajudam a compreender melhor a sociedade e seus problemas. No caso do combate ao racismo, as análises científicas de caráter emancipatório foram muito importantes para a construção de políticas públicas antirracistas. Todas as pesquisas que temos sobre relações raciais no Brasil, sobre a presença do racismo na estrutura da nossa sociedade, sobre a ação do movimento negro são importantes não somente para o debate

acadêmico, como para a divulgação dos resultados para a sociedade brasileira. Elas são primordiais para ajudar o Estado a construir políticas públicas de ações afirmativas, de igualdade racial e combate ao racismo. Por esses e outros motivos, o negacionismo científico precisa ser combatido.

JC – A pandemia ampliou os desafios da área de educação no Brasil, com temas como Ensino a Distância (EAD) e híbrido ganhando destaque nos debates da comunidade acadêmica. Como pesquisadora de Educação, como a Sra. avalia esses desafios? O que fica de lição para o futuro?

NLG – A lição que fica para o presente e o futuro é o quanto a educação necessita das relações humanas para se realizar. E o quanto essas relações humanas, mesmo mediadas por todas as formas de mídia não têm os mesmos efeitos para os diversos sujeitos que existem na nossa sociedade e que vivem em condições muito desiguais de sobrevivência, de acesso à informação, de acesso aos instrumentos e aparelhos tecnológicos necessários para realizar a educação à distância. Por trás do entusiasmo de alguns setores com as aulas remotas em tempos de pandemia (cuja aplicação deve ser pontual), vem se configurando, oportunisticamente, um discurso que as confundem com o Ensino a Distância (uma modalidade educacional). Há interesses privatistas muito sérios nesse debate e alguns muito escusos quando o EAD ou qualquer outra modalidade educacional é colocada como o melhor caminho para a aprendizagem, principalmente em tempos tão dramáticos como esses que nós temos vivido nos últimos dois anos, sem considerar as condições econômicas, sociais, políticas e as desigualdades regionais nas quais a educação brasileira se realiza.

JC – Como a senhora vê o EAD?

NLG – Não digo que a educação à distância não tenha pontos positivos, principalmente levando em consideração o tamanho do nosso país, a diversidade regional que temos. As desigualdades que permeiam a escolarização brasileira ficaram muito destacadas nesse momento de pandemia. Então, acho que antes mesmo de pensarmos na possibilidade de implementação da educação à distância, o que temos que atentar, olhar e investir é na garantia da educação como direito para todas as pessoas, desde a educação infantil ao ensino superior, sem esquecer da educação de jovens e adultos, da educação especial, escolar indígena, quilombola, do campo. E sem esquecer que o direito à educação deve caminhar lado a lado com o direito a uma vida digna, à saúde, ao emprego, à moradia.

JC – O que seria prioritário nesse contexto?

NLG – A pandemia provocou uma evasão muito grande de crianças, adolescentes e jovens da sua trajetória escolar. Ela acirrou ainda mais as desigualdades em nosso país, as quais atingem a vida de muitos dos nossos estudantes, familiares e docentes. Então, acho que temos muito mais que ver nesse momento, em que estamos caminhando para o pós-pandemia, quais foram os sérios danos causados aos processos de escolarização, na relação ensino-aprendizagem, no aprendizado dos estudantes, como fazer para que eles/elas retornem para a escola, a fim de que o seu direito à educação seja garantido. É preciso que construamos políticas sociais, educacionais, práticas educativas e pedagógicas efetivas que revertam esse quadro. E acho que essas práticas passam muito mais por uma educação presencial do que propriamente por educação à distância. (JR)

O maior evento da ciência será presencial e mais acessível

A 74ª Reunião Anual da SBPC será realizada de forma híbrida entre os dias 24 e 30 de julho de 2022. Os valores das inscrições neste ano foram reduzidos

VIVIAN COSTA

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Universidade de Brasília (UnB) anunciaram no dia 2 de maio o lançamento oficial da 74ª Reunião Anual. O evento será realizado entre os dias 24 e 30 de julho no Distrito Federal, com o tema “Ciência, independência e soberania nacional”, em alusão ao ano que marca o bicentenário da Independência do Brasil.

Pela primeira vez em dois anos, o público poderá participar de atividades presenciais nos quatro campi da UnB – Darcy Ribeiro, Ceilândia, Gama e Planaltina. Realizada ininterruptamente desde 1949, em um estado brasileiro diferente a cada ano, quase sempre em universidade pública, a Reunião Anual da SBPC nos últimos dois anos (2020 e 2021) precisou ser realizada em formato apenas virtual, devido ao agravamento da pandemia de coronavírus.

Em 2022, porém, com a melhora nos indicadores de contágio do vírus, o evento acontecerá em formato híbrido, com atividades presenciais na UnB, parte delas transmitida ao vivo pelos canais do YouTube da SBPC e da universidade, além de atrações exclusivamente virtuais.

A SBPC e a UnB enfatizam que as atividades presenciais obedecerão rigorosamente aos protocolos sanitários de segurança contra a propagação da covid-19, inclusive com a exigência de passaporte de vacinação.

Segundo o presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro, a 74ª Reunião Anual tem muito a celebrar e um dos motivos são os 60 anos da UnB, que foi um projeto de universidade idealizado pelo educador Darcy Ribeiro. “O projeto foi tão inovador que incomodou, e em 1964 a instituição sofreu intervenção da Ditadura”, comentou Janine Ribeiro.

Outro ponto destacado pelo presidente da SBPC é o formato híbrido do evento. “Estamos muito animados com a volta do presencial, porque o convívio humano é essencial, principalmente para o público jovem, já que teremos atividades interativas”, afirmou. “É fascinante descobrir coisas novas e a Reunião Anual, que é considerada o maior evento científico da América Latina, é uma ótima oportunidade para isso”, declarou o presidente da SBPC.

Cláudia Linhares Sales, secretária-geral da SBPC e coordenadora da 74ª RA, enfatiza que as reuniões congregam pensadores e trabalhadores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, estudantes, empresas, institutos de pesquisa. “É um



grande fórum onde se discutem os temas de maior interesse da comunidade científica em uma linguagem direcionada para o grande público, onde se apresentam novas tendências de pesquisa sobre meio ambiente, direitos humanos, novas tecnologias, problemas contemporâneos tanto da nossa sociedade quanto da nossa área – a educação, ciência e tecnologia –, então é uma oportunidade única de estar perto e assistir a todas essas discussões”, disse Sales.

Márcia Abrahão, reitora da UnB, ressalta que a 74ª RA vai ocorrer num ano muito especial para a instituição, nas comemorações dos seus 60 anos e do centenário do seu fundador, Darcy Ribeiro. “É sempre importante ressaltar o papel da ciência, ainda mais neste momento da história em que os cientistas têm sido fundamentais para o combate da pandemia de covid-19. O papel da educação e da ciência ficou mais claro para a população, apesar da tragédia das mortes e das consequências da doença, pessoais e coletivas”, afirmou.

Já Maria Emília Walter, decana de Pesquisa e Inovação e coordenadora da Comissão Científica da UnB para a 74ª RA, destacou a contribuição do evento para a definição de políticas públicas no cenário das eleições de outubro. “Considerando os debates que serão realizados no contexto de eleições presidenciais em todas as regiões do País, é um momento para apoiar os esforços das universidades públicas e associações científicas, no sentido de incluir no programa do próximo governo eleito a reconstrução do sistema nacional de ciência e tecnologia.”

Com o intuito de atrair um maior número de participantes, a Diretoria da SBPC reduziu as taxas de inscrição. Segundo a secretária-geral da instituição, um aporte financeiro dos apoiadores permitiu amortizar os valores das inscrições e até possibilitar a gratuidade em algumas categorias. “O patrocínio nos permitiu abrir mão dos valores que seriam arrecadados com as taxas de inscrições para cobrir os custos da Reunião Anual.”

Todos que fizerem o credenciamento na Secretaria da SBPC, instalada na UnB durante o evento, terão direito ao certificado online de participação geral (sem carga horária e sem descrição das atividades do evento). Haverá uma pequena taxa caso o participante queira adquirir algum material. Algumas atividades, no entanto, não tiveram seus preços alterados. É o caso da sessão de pôsteres, que exige um trabalho especializado de seleção, edição de vídeos e elaboração de anais.

Conferências e exposições

A Programação Científica da 74ª RA será composta por conferências, mesas-redondas, painéis, webminicursos e sessão de vídeo-pôsteres. O evento contará também com atrações como a SBPC Jovem (exposição voltada para estudantes do ensino básico e público em geral), a ExpoT&C (mostra de ciência e tecnologia), a SBPC Cultural (apresentação de atividades artísticas regionais e discussões sobre temas relacionados às artes e à cultura), além da SBPC Afro e Indígena, SBPC Educação e a SBPC Inovação.

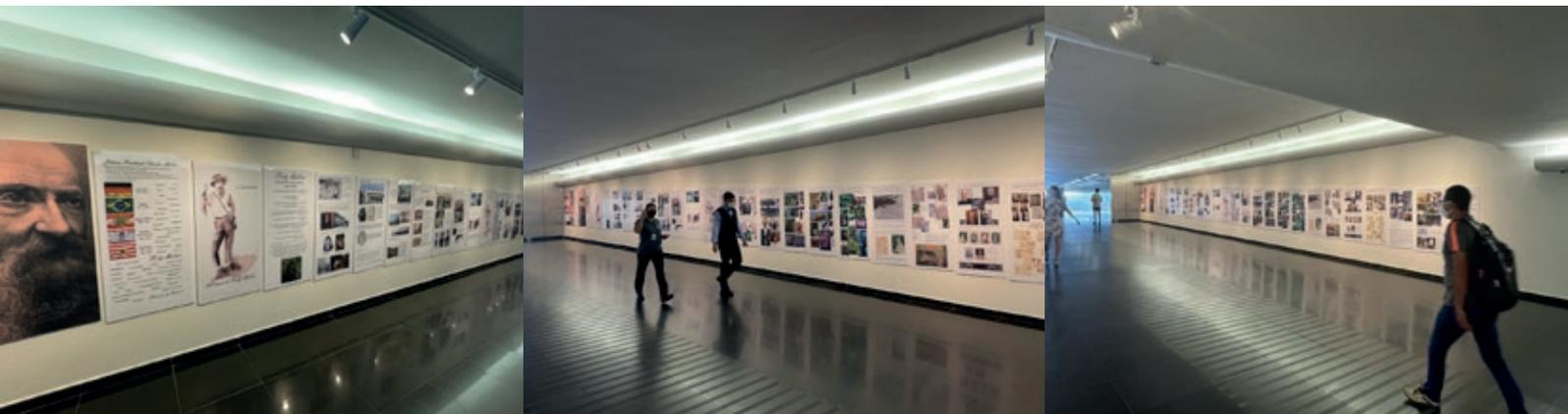
Entre os assuntos em discussão nas mesas-redondas estarão “Reforma do ensino médio”, “Impacto da pandemia de covid-19 nas doenças tropicais negligenciadas”, “Mídia, desinformação e eleições”, “A universidade tardia do Brasil e as propostas de Anísio Teixeira”, “O Plano Nacional de educação e um projeto de país”, “Percepção da ciência

na sociedade”, “O antes e o depois da BNCC (Base Nacional Comum Curricular)” e “História das urnas eletrônicas no Brasil”.

Além do Bicentenário da Independência e os 60 anos da UnB, as atividades presenciais terão como mote algumas das mais importantes efemérides que marcam 2022, como o centenário da Semana de Arte Moderna, o bicentenário do naturalista Fritz Müller e os cem anos do nascimento de Darcy Ribeiro (fundador da UnB).

De forma experimental, a SBPC levará à UnB atividades do programa SBPC vai à Escola, destinadas aos estudantes e professores da educação básica.

O evento se encerra com o Dia da Família na Ciência, em um sábado dedicado à integração entre cultura, ciência e recreação para crianças, jovens e seus familiares.



Exposição do bicentenário do naturalista Fritz Müller que será levada do Congresso Nacional para a UnB

Cenário eleitoral

O pano de fundo dos debates que vão se desenrolar durante a 74ª RA são, sem dúvida, as eleições para os poderes Executivo e Legislativo que vão se realizar em outubro. “Certamente grandes questões da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação, de direitos humanos e meio ambiente entre outros serão palco de discussão nesse momento crucial da Nação que teremos em outubro”, frisou Cláudia Linhares Sales.

Alguns presidenciáveis serão convidados a comparecer ao evento, onde será entregue um conjunto de propostas de políticas públicas para educação, ciência, tecnologia e inovação – assuntos relevantes para o desenvolvimento do País. As propostas estarão consolidadas em um documento que está sendo elaborado a partir do “Projeto para um Brasil Novo”, uma série de doze seminários promovidos pela SBPC ao longo do primeiro semestre de 2022. Os seminários são todos virtuais e reúnem os maiores especialistas em temas estratégicos para o desenvolvimento do País.

Aos candidatos que não puderem participar, a instituição também encaminhará o documento. “É importante o Brasil ter parlamentares mais sensíveis e alinhados com a CT&I e a Educação, áreas tão essenciais para o País. Por estarmos em Brasília, será uma ótima oportunidade para que todos os parlamentares, não só os presidenciáveis, possam visitar o maior evento científico da América Latina”, comenta Linhares Sales.

A secretária-geral da SBPC acrescenta que a maior expectativa dos organizadores do evento é poder proporcionar aos participantes, principalmente à população local, uma oportunidade de aprendizado e descoberta. “Participar das Reuniões Anuais da SBPC é uma experiência única, porque possibilita grandes debates de interesse geral, sobre meio ambiente, educação, saúde, problemas contemporâneos, entre outros. Mesmo essa edição sendo híbrida, dando a possibilidade de acompanhar algumas atividades pelos canais da SBPC e da UnB no YouTube, estar ‘in loco’ é outra experiência”, ressalta.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O EVENTO ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE: <https://ra.sbpcnet.org.br/74RA/>

SBPC lança novo ciclo de cursos online

A iniciativa lançada em 2021 chega à terceira rodada com 37 webminicursos ofertados em diversas áreas do conhecimento, com direito a certificado de participação



VIVIAN COSTA

Uma das atividades mais procuradas pelo público nas Reuniões Anuais (RA) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) são os minicursos. Com temas que abrangem praticamente todas as áreas do conhecimento e assuntos contemporâneos, eles são ministrados por cientistas, pesquisadores e professores, especialistas ligados a renomadas instituições do País.

Com a pandemia e a impossibilidade de realizar eventos presenciais, a SBPC se adaptou às novas exigências sanitárias e criou em 2020 os “webminicursos”, a versão digital dos cursos oferecidos durante as RAs. O sucesso da iniciativa foi tanto que em 2021 foi lançado um projeto para disponibilizá-los o ano todo. Em abril de 2022, a SBPC abriu as inscrições para o 3º ciclo de webminicursos.

Cláudia Linhares Sales, secretária-geral da SBPC, explica que a plataforma de cursos online permite o acesso a minicursos com as mesmas temáticas e qualidade dos ofertados nas RA ao

longo de todo o ano. “Entendemos ser esse formato mais um mecanismo pelo qual a SBPC cumpre uma de suas missões que é a de divulgar e popularizar a ciência”, afirma.

Entre os destaques deste terceiro ciclo, que conta com 37 webminicursos estão: “Vírus Gigantes: Expandido os Limites da Virosfera”, com Rodrigo Araújo Lima Rodrigues, professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Paulo Victor de Miranda Boratto e Victória Fugêncio Queiroz, ambos doutorandos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); “Uso de Jogos Didáticos no Ensino de Parasitologia”, com Henrique Rocha de Medeiros e Lilian Giotto Zaros de Medeiros, professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); “Educação na Prisão – Formação de Professores para Atuação em Contextos de Privação de Liberdade”, com Rogéria Martins, Lucas Eduardo Pereira Silva, Débora Marques, Leonardo Miranda Frossard e Rafael Aquino, todos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Os webminicursos têm duração de seis horas. As aulas são previamente gravadas e ficam disponíveis para que os inscritos possam assisti-las quantas vezes quiserem, dentro de sua disponibilidade de tempo. A forma virtual também permite que os interessados, em qualquer lugar do País ou até mesmo no exterior, possam participar. Ao final do prazo, o inscrito que assistir às seis horas do webminicurso poderá emitir seu certificado.



Sócios quites e novos sócios da SBPC têm desconto na taxa de matrícula. Os valores para cada webminicurso são R\$ 30,00 para sócio quite da SBPC e R\$ 50,00 para não sócio. É permitido fazer a matrícula em vários webminicursos simultaneamente. A lista completa de cursos com todas as informações necessárias, inscrições e pagamentos podem ser acessados na plataforma exclusiva:

<https://cursos.sbpcnet.org.br>

Jornal da Ciência

ANO XXXVI | Nº 798 | ABRIL/MAIO 2022

Conselho Editorial:

Claudia Masini d'Avila-Levy, Lisbeth Kaiserlian Cordani, Luisa Massarani, Graça Caldas e Marilene Correa da Silva Freitas

Editora: Daniela Klebis

Editora-assistente: Janes Rocha

Redação e reportagem:

Janes Rocha e Vivian Costa

Revisão: Carlos Henrique Santos e Vivian Costa

Arte e Diagramação: Fernanda C. M. Pestana

Distribuição e divulgação: Carlos Henrique Santos

Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Redação:

Rua Maria Antônia, 294 - 4º andar, CEP 01222-010 São Paulo, SP. Fone: (11) 3259-2766

E-mail: jciencia@jornaldaciencia.org.br

Apoio: Finep e CNPq

ISSN 1414-655X

Distribuição: Excepcionalmente, em função da pandemia de coronavírus, o jornal está disponível apenas em sua versão eletrônica, com acesso pelo site:

www.jornaldaciencia.org.br

FIQUE SÓCIO

Conheça os benefícios em se tornar sócio da SBPC no site www.sbpcnet.org.br ou entre em contato pelo email: socios@sbpcnet.org.br

VALORES DAS ANUIDADES

R\$ 60 Estudantes associados quites de Sociedades Afiliadas à SBPC.

R\$ 70 Estudantes do Ensino Básico, de Graduação e de Pós-graduação, Professores de Ensino Básico.

R\$ 150 Profissional associado quite de Sociedades Afiliadas à SBPC.

R\$ 200 Professores de Ensino Superior, Pesquisadores e Outros Profissionais.



R. Maria Antônia, 294 - 4º andar
CEP: 01222-010 - São Paulo/SP
Tel.: (11) 3259-2766
sbpcnet.org.br